

“A parceria será benéfica e trará ganho para todos os envolvidos”

Marcelo Knobel, reitor da Unicamp, sobre carta de intenções assinada com a CPFL e a Universidade de Energia Elétrica de Shanghai



andré fernandes



Originalidade desnecessária

Nossa liberdade constitucional de expressão tem limites? Sim. São os limites da lei e da jurisprudência dos tribunais, gostemos ou não, mesmo que, venhamos e convenhamos, existam condenações nitidamente questionáveis. Independentemente disso, o importante é que os mecanismos habituais do Estado de Direito funcionem.

O ofensor, que tem a liberdade de se expressar e de escolher um patrocínio legal; o ofendido, que tem a liberdade para mover a ação, e o juiz ou tribunal, que têm a liberdade de convicção motivada para julgar assim ou assado.

Lamento dizer que não inventaram nada melhor que isso. Todas as outras alternativas gozam de uma séria anomalia genética: invertem uma série de regras e princípios consolidados há séculos em favor justamente da liberdade de expressão.

Órgão censor, comitê de crítica, departamento de imprensa e propaganda, notificação judicial, seja o nome que for, no fundo, está a se tutelar a censura em nome de uns valores da cabeça de um juiz, de um partido de plantão e mesmo de uma ideologia ou religião. No passado, nada disso deu certo.

Recentemente, a Alemanha resolveu seguir por esse caminho pantanoso. Pretende-se, por via legal, a imposição de multa administrativa, em valor crescente, às redes sociais que veicularem os crimes de notícia falsa ou de incitamento ao ódio que não forem deletadas no prazo assinalado pelo “censor” administrativo. Uma originalidade desnecessária.

Fico a imaginar um exército de funcionários contratados, reunido numa sala padrão “telemarketing”, a vigiar e censurar mais de dois bilhões de mensagens diárias que passeiam pela rede mundial de computadores. Deve ser inútil, caro e paranoico. O problema não está em louvar a estupidez disso tudo.

Mas tão somente o fato de que, nessa linha de raciocínio, a definição dos crimes deixa a esfera judicial e migra para a esfera das redes sociais. Em outras palavras, é o Zuckerberg, e não mais um magistrado, que dirá se uma conduta virtual é tipicamente penal ou não.

É perfeitamente razoável imputar criminalmente uma mensagem que incite o assassinato de minorias ou de opositores políticos ou que calunie, gratuitamente, qualquer pessoa. Contudo, onde fica o lugar da sátira, sempre tomada a partir de preconceitos sociais ou de fatos

do imaginário popular?

Onde fica o lugar de uma crítica política ou econômica mais dura e seca, que tangencie um excesso retórico, e esteja repleta de verbalismos, de qualificativos pouco elogiosos e ironias sarcásticas? Onde fica o lugar de uma posição que seja contrária, com fundamentos ponderáveis, ao aborto, ao casamento homoerótico, ao estatuto do desarmamento, à poliafetividade, à manipulação genética e ao multiverso familiar? Onde fica o lugar para dizer que existe um time de futebol sempre aliviado pelo apito amigo? Vira tudo *fake news*?

São hesitações que jamais deveriam ser respondidas pelos funcionários do Zuckerberg e, muito menos, pelas massas ensandecidas que são dadas a apagar ou a denunciar tudo aquilo de que discordam ou, ainda, por burocratas públicos que tenham decorado a cartilha das “verdades oficiais” do governo a que pertencem. Em nome da “tolerância”, por óbvio.

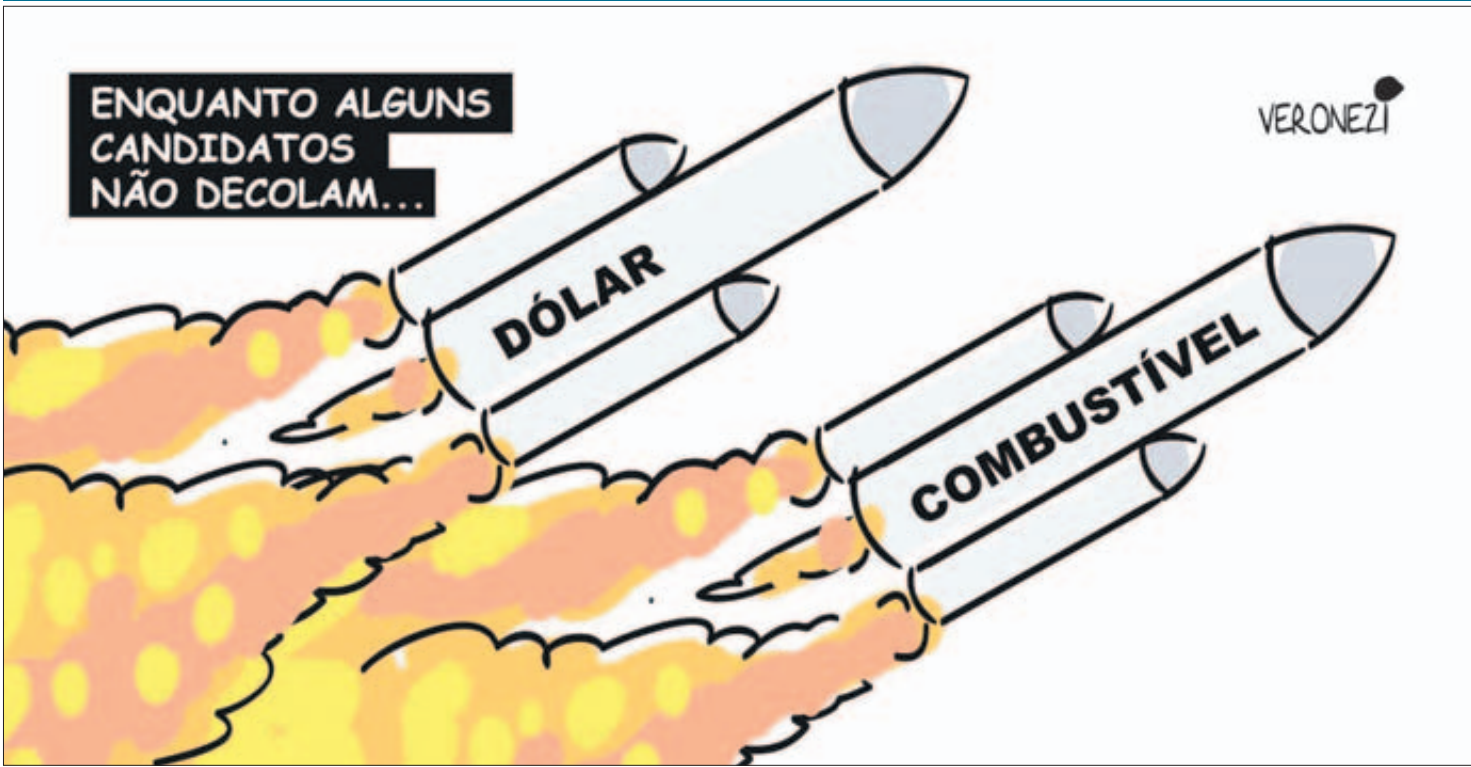
Nessa linha, a mera discordância, exemplificada nas perguntas anteriores, seria um percurso de ódio e a exclusão da mensagem indesejada, da rede social, seria uma forma bem escamoteada de censura. Por isso, seja em crimes manifestos ou em zonas cinzentas, em que a liberdade de expressão e seu abuso ou desvio flertam entre si, é perante os juizes e os tribunais que tais excessos devem ser conhecidos e, eventualmente, punidos.

Resulta um tanto triste que a opinião pública e a universidade não estejam lá muito dispostos a defender a liberdade de expressão, quando seu desenho sai do quadro dos padrões politicamente corretos. Até já inventaram curiosas expressões para não machucar as suscetibilidades infantis de muitos adultos, que se sentem “incomodados” diante daquelas hesitações: *safe space* ou *trigger warning*.

Seria ridículo se não fosse trágico. Outro dia, um desses ressentidos pediu que retirasse uma imagem, composta por minha face e o título de um artigo, de minha linha do tempo na rede social. Sugeri que fosse procurar um psicólogo e deixei um recado bem orwelliano, segundo o qual, “se a liberdade significa algo, significa também o direito a dizer aos demais, de forma racional e ponderada, aquilo que eles não querem ouvir”.

■ ■ ■ André Gonçalves Fernandes, Ph.D., é professor-pesquisador, membro da Academia Campinense de Letras e do Movimento Magistrados pela Justiça.

charge



MEDICINA

O exemplo de Juiz de Fora

GUSTAVO P. FRAGA

Quinta-feira, 6 de setembro, véspera de feriado, período da tarde, muitos brasileiros se preparando para a folga prolongada, mas os profissionais de saúde que trabalham com urgência e emergência seguem o seu calvário, principalmente aqueles que optam por trabalhar no Sistema Único de Saúde (SUS). Nas Santa Casas e nos hospitais do SUS o setor de emergência, os chamados pronto socorros, estão sempre superlotados. Os leitos em unidade de terapia intensiva, para uma internação de urgência, rotineiramente indisponíveis. Mas os profissionais que fizeram a opção por trabalhar nessa área, os quais no meio médico são frequentemente figurativamente denominados de “heróis”, estão lá, muitos deles bem preparados, com formação inicial de seis anos do curso de Medicina (essa área não é um business, lida com salvar as nossas próprias vidas), residência médica de 3 a 5 anos de duração, noites mal dormidas longe da família e amigos, mas muita esperança.

Esperança é o que move o brasileiro atualmente. Principalmente para quem trabalha no SUS. Não aguentamos mais ver doentes sofrendo em macas enquanto políticos desviam milhões de reais, sucateando a saúde pública. Não suportamos mais ter que escolher qual o doente que irá utilizar a última vaga da UTI. Não toleramos mais a violência espalhada pelo País, que tem o maior número absoluto de homicídios do mundo, de maneira que qualquer um de nós, nos próximos minu-

tos, pode ser a próxima vítima. E o que é pior, muitos desses profissionais bem formados aqui estão migrando para outros países, onde se destacam profissionalmente. Essa facada pode renovar as nossas esperanças.

No hospital denominamos a facada de ferimento por arma branca, que é um traumatismo penetrante, que faz parte de causas externas, especificamente por violência interpessoal. Para a Organização Mundial de Saúde isso é uma doença, conhecida como trauma, responsável no Brasil por mais de 150.000 mortos anualmente, devido principalmente aos homicídios e ao nosso comportamento irresponsável no trânsito (esse tem prevenção!). Nos finais de semana e véspera de feriados aumenta a incidência dessa doença, devido principalmente

ao consumo de álcool e drogas (particularmente considero o radicalismo político uma overdose). Num hospital do SUS quando chega mais um paciente agudamente acometido por essa doença, todos são tratados de maneira igual, independentemente se é branco ou negro, hetero ou homossexual, policial ou presidiário, rico ou pobre. Os bons profissionais capacitados para isso, médicos, enfermeiros, técnicos, fisioterapeutas, nutricionistas, e outros da área de saúde, carregam isso no seu respectivo código de ética, que é potencializado com o trabalho em equipe, em que todos conseguem êxito ou não, aos que anonimamente necessitam de um atendimento de urgência.

Facada no abdome é rotina nos centros de referência em trauma. Quando o paciente é admitido com sinais de profun-

da hemorragia o risco de vida é alto. Mas quando é atendido numa Santa Casa com profissionais muito bem capacitados, com protocolos de condutas para as situações graves, que humildemente controlam a hemorragia e salvam a vítima, é motivo de muito orgulho para quem acredita no SUS e no Brasil. Baseado em experiência pessoal adquirida no HC — Unicamp e informações divulgadas pela mídia é possível prever que o quadro clínico do paciente Jair Messias Bolsonaro ainda é consideravelmente grave, e inspira cuidados. Temos que dar os parabéns para a equipe da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, exemplo para todo o Brasil, e agradecê-los, pois embora não seja possível prever o futuro, a boa ação desses profissionais pode ter salvo uma nação atolada em corrupção.

Aqui em Campinas a nossa centenária Santa Casa não atende urgências, exceto o Centro de Tratamento de Queimaduras. Os “heróis” do SUS estão de plantão diariamente no HC — Unicamp, Hospital Municipal Dr. Mário Gatti (onde eu tive a honra de trabalhar de 2000 a 2006), Hospital da PUC Campinas e Complexo Hospitalar Ouro Verde (pena que não ainda com capacidade total), que trabalham em rede na área do trauma junto com as equipes de pré hospitalar fixo (unidades de pronto atendimento) ou móvel (SAMU, Corpo de Bombeiros e concessionárias de rodovias). Temos que seguir o exemplo de Juiz de Fora. Assim como lá, nossos heróis não morrem de overdose.

■ ■ ■ Prof. Dr. Gustavo P. Fraga é coordenador da disciplina de Cirurgia do Trauma da FCM - Unicamp e Ex-presidente da SBAIT e da Sociedade Panamericana de Trauma



AGRONEGÓCIO

Competitividade e pesquisa

CIRO ROSOLEM

Foram semanas ricas em notícias importantes. E não estou falando de eleições ou candidatos. Se bem que os candidatos deveriam se preocupar com isso. (1) O agronegócio foi o campeão em fechamento de vagas. (2) O produto industrializado nacional chega ao mercado 30% mais caro que os concorrentes. (3) A Capes vai cortar milhares de bolsas de Pós-Graduação em função do corte de verba.

Assuntos aparentemente independentes e desconexos. Será? Acho que não. Há um denominador comum na raiz de tudo isso: pesquisa.

Os chamados, até há pouco tempo, de Tigres Asiáticos tiveram seu desenvolvimento industrial fortemente apoiado em pesquisa, com geração de patentes e processos industriais, que resultaram em produtividade. Para isso, mandaram contingentes de recém-saídos das universidades buscar formação mais completa no exterior. Na volta, havia estrutura para que pudessem trabalhar. No Brasil, desde a criação da Embrapa, houve interesse na

complementação da formação de pessoal na área do agronegócio. E, senhores, qual o setor no qual o Brasil é realmente competitivo? Qual o setor que vem bancando as contas nacionais? O agronegócio. Mera coincidência? Claro que não!

E agora outra notícia: a Capes, a principal financiadora da Pós-Graduação no Brasil, sofre cortes a ponto de interromper o programa de formação dos pesquisadores que poderiam realizar as pesquisas, gerar patentes, criar e aperfeiçoar processos. Não me parece muito inteligente da parte do governo.

Bom, e o problema de fecha-

mento de vagas no agronegócio? Primeiramente, o negócio é que não é bom negócio ter muitos empregados no meio rural. Uma legislação trabalhista completamente fora da realidade.

Depois, onde tem se investido em formação de pesquisadores? Onde, apesar dos pesares, a pesquisa brasileira tem sido reconhecida mundialmente? Na produção agrícola e pecuária. Há, é certo, outras áreas, como a medicina e umas poucas outras.

O desenvolvimento tecnológico, com o barateamento das tecnologias, mais a dificuldade imposta pela legislação, resulta em demissões na área mais competi-

va de nossa economia. Também, no campo, se exige hoje pessoal cada vez mais qualificado. O agronegócio deixou de ser um depósito de mão de obra não qualificada. A solução? Educação e qualificação, para que este contingente consiga colocação, desta vez com salários mais altos.

Entretanto, nem tudo são flores, mesmo nesta área tecnologicamente avançada da sociedade brasileira. Começando pela área federal, a Embrapa ficou meio fora de rumo, e sofre necessária reestruturação. As universidades formadoras dos quadros de pesquisadores padecem de falta crônica de recursos para o desenvolvimento de pesquisa de alto nível, para o que dependem de convênios com instituições do exterior.

O CNPq, um dos principais financiadores de pesquisa, tem lançado menos editais de pesquisa, e os lançados não têm seus valores

corrigidos há tempos. Em São Paulo, a Fapesp, importantíssima e fundamental, sobrevive como é possível. Os institutos de pesquisa como o Agrônomo de Campinas, o de Zootecnia, o Biológico, o de Economia Agrícola, entre outros, são deixados a morrer de inanição. Falta de responsabilidade dos governos.

Enfim, o agronegócio que vive e faz o Brasil viver, é competitivo e gera trabalho para pessoal técnico com base na pesquisa do passado. Estamos vivendo, mal comparando, como um caminhão na banguela, na descida, usando a energia acumulada. Está tudo bem. Mas, ali na frente tem subida, como vamos lidar com isso?

■ ■ ■ **Ciro Rosolem** é vice-presidente de Estudos do Conselho Científico Agro Sustentável (CCAS) e professor titular da Faculdade de Ciências Agrícolas da FCA/Unesp Botucatu